

ANNA IZABELLE BORBA

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO
DO SETOR INDUSTRIAL DA RMS**

SALVADOR

2006

ANNA IZABELLE BORBA

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO
DO SETOR INDUSTRIAL DA RMS**

Monografia apresentada como requisito para a
obtenção do grau de bacharel em Ciências
Econômicas da Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Wilson Menezes

SALVADOR

2006

DEDICATÓRIA

Tenho alguns anjos na minha vida: meus pais, que são meus maiores amores, formadores do meu caráter, as pessoas que abriram mão dos próprios sonhos em prol dos meus, meu ídolos, meus heróis, meus exemplos; Bê e Denise, sempre ao meu lado, com sugestões, dicas, broncas...; Bela e Paula, a família que Deus me permitiu escolher, amigas para a vida inteira; Chico, meu “fazedor” oficial de tabelas, com quem dividi momentos de amor e ódio a este trabalho (AMO MUITO, PESSOA); Bebel, Tia Annete, Tia Vânia e Tia Marília, eternas fontes de sabedoria, inspiração, carinho e respeito; Cláudio, meu amigo e confidente; Paoly e Fátima, graaaaandes amigas. A estes anjos, aos quais serei eternamente grata, e que me fazem cada dia mais feliz, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos mais que especiais a pessoas que tornaram estes anos na faculdade super coloridos: Aline Pita Branca, Carla Gordilho Pink, Diana Lima, Giselly Parente, Juliana Rosa Reis, Juliana Loyola, Natalia Barbosa Azul e Natalia Malta Verde.

Aos professores da Faculdade de Ciências Econômicas UFBA que me ensinaram muito mais que Economia, me deram lições de vida. Em particular, agradeço ao professor Wilson, por me orientar e “iluminar” em diversos períodos, e aos professores Plínio e Sepúlveda por aceitarem participar da minha banca examinadora.

A todos os colegas com quem dividi horas de estudos, risadas e “outros”: Juliana, Monalisa, Rodrigo, Pablo, Carla França, Léo Belitardo, Guillermo, Lucas, Pedro, Vítor, Luciana, Saulo, Casé, todos!

A todos vocês, muito obrigada!

RESUMO

Este estudo discute a participação feminina no mercado de trabalho do setor industrial da Região Metropolitana de Salvador. Buscou-se acompanhar e apresentar a situação recente de tal participação através da análise das questões de gênero (evidenciando que as formas de ocupação dependem do sexo do trabalhador), de uma breve retrospectiva acerca da participação das mulheres no mercado de trabalho e através da análise da criação de empregos pela indústria da região. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-RMS) foi a principal fonte de dados na observação de que a participação feminina nesse setor vem se mantendo estável, após um período de crescimento.

Palavras-chave: mercado de trabalho – RMS; mercado de trabalho – Brasil; mulheres-mercado de trabalho – RMS; indústrias – RMS (Bahia)

LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Diferença participativa por gênero em algumas atividades econômicas (%).....	17
Tabela 2 – Indicadores de participação econômica por sexo Brasil.....	20
Tabela 3 – Ocupados e ocupadas por setor de atividade Brasil (%).....	22
Tabela 4 – Emprego no setor industrial da Bahia (Em 1000 pessoas).....	26
Tabela 5 – Participação feminina no total de trabalhadores de alguns ramos industriais em 1980.....	31
Tabela 6 – Distribuição do pessoal ocupado segundo sexo na indústria da transformação (%).....	32
Tabela 7 – População Economicamente Ativa por setores de produção RMS.....	33
Tabela 8 – Participação feminina na indústria da RMS na década de 1980.....	34
Tabela 9 – Estimativa do número de ocupados, segundo o setor de atividade econômica: (Em 1.000 pessoas).....	37
Gráfico 1 – Taxas de participação, segundo o sexo, na RMS (1997-2001).....	39
Tabela 10 - Mulheres ocupadas no setor industrial da RMS no período 1997-2001.....	39
Tabela 11 – Taxas de desemprego feminino na Bahia em 1999 (%).....	40
Gráfico 2 – Evolução da Taxa de Desemprego Total, por Tipo Região Metropolitana de Salvador 1997-2000.....	40
Gráfico 3 – Rendimento real médio dos ocupados, segundo o setor de atividade, na RMS (1997-2002).....	42
Gráfico 4 – Taxas de participação segundo o sexo na RMS (1997-2002).....	43
Tabela 12 – Estimativa de ocupados, segundo setor de atividade econômica RMS.....	43
Gráfico 5 – Participação feminina na ocupação da RMS (%).....	44
Tabela 13 – Distribuição dos ocupados por sexo (em %).....	45
Gráfico 6 – Rendimento médio dos ocupados, segundo setor de atividade na RMS.....	46
Tabela 14 – Rendimento médio real dos ocupados na indústria por sexo (em Reais)....	47
Tabela 15 – Estimativa de ocupados, segundo setor de atividade econômica RMS.....	47

Tabela 16 – População Ocupada segundo algumas características pessoais. RMS 2005
(em %)......49

Tabela 17 – Distribuição dos ocupados na indústria da RMS por sexo 1997-2005
(em %)......50

Tabela 18 – Rendimento médio real dos ocupados na indústria da RMS por sexo.....51

LISTA DE SIGLAS

CIA – Centro Industrial de Aratu

COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari

DIEESE — Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos

FCE — Faculdade de Ciências Econômicas

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

ONU – Organização das Nações Unidas

PEA — População Economicamente Ativa

PED — Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIA — População em Idade Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

RMS — Região Metropolitana de Salvador

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

SEI — Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEPLAN - Secretaria de Planejamento

SETRAS — Secretaria de Trabalho e Ação Social

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFBA — Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A QUESTÃO DO GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO.....	13
2.1	A EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO.....	15
3	INDÚSTRIA E TRABALHO NA BAHIA.....	23
3.1	RELATO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NA BAHIA E EM ESPECIAL NA RMS.....	23
3.2	ASPECTOS DO MERCADO DE TRABALHO DA RMS.....	27
4	A MULHER NA INDÚSTRIA: DO BRASIL À RMS	30
5	ANÁLISE DOS DADOS DA PED.....	35
5.1	UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1997-2001.....	37
5.2	UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2002-2005.....	42
6	CONCLUSÕES.....	52
	REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

Segundo estudos do Ministério do Trabalho, o conceito de gênero, originalmente aplicado à classificação de coisas e espécies, foi absorvido e politizado pelas correntes feministas a partir dos anos 1970. Esse conceito passou a ter um significado de “sexo socialmente construído”, produto da socialização das pessoas. A categoria gênero, então, mostra que as relações entre homens e mulheres vão muito além da dimensão biológica. Percebe-se, a partir daí, que as condições de trabalho e de emprego, as formas de inserção, salários e política de recursos humanos variam significativamente segundo o sexo da mão-de-obra.

No Brasil, uma intensificação da inserção da mulher no mercado de trabalho se dá por volta dos anos 1950, mas os efeitos disso só começaram a ser vistos a partir das décadas de 1960 e 1970. A queda do nível de renda da população em geral e a aceleração do processo industrial, entre outros componentes, foram fatores decisivos nessa inserção.

O significativo aumento da atividade das mulheres teria resultado não apenas da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado, em conjunturas específicas, mas também, em grande parte, das transformações demográficas, culturais e sociais que vem ocorrendo no país e que tem afetado as mulheres e as famílias brasileiras.

No final da década de 1980 as mulheres constituíam 35% da mão- de- obra brasileira, e sua taxa de participação econômica era uma das mais altas da América Latina. Durante esta década, houve significativo aumento da participação feminina nas áreas de comércio, prestação de serviços e serviço social, todas ligadas ao estigma de “profissão de mulher”. Mas houve aumento também em áreas ligadas à indústria e à administração pública.

A intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, liberando-a para o trabalho. A expansão da escolaridade e o acesso às universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. A consolidação de tantas mudanças é um

dos fatores que explicariam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho desse sexo.

No que diz respeito à industrialização baiana, é fato que a fase predominantemente industrial na Bahia é inaugurada a partir da década de 1970, com a implantação da indústria petroquímica ampliada pela metalurgia do cobre, pela indústria de celulose, e mais recentemente, pela indústria automobilística. Todo esse conjunto de empreendimentos foi concentrado na Região Metropolitana de Salvador, que responde por 70% da produção industrial do Estado. A RMS e seus conjuntos de atividades oferecem cerca de 60% das vagas de trabalho no setor formal em todo o Estado. Verifica-se a ampliação e a diversificação da participação feminina no setor industrial nos anos 1950, na indústria têxtil, passando à década de 1970, quando as mulheres passaram a ser incorporadas em setores das indústrias elétrica e eletrônica, bem como a persistência e o aumento desta participação, nos anos 1980 e 1990, nas mais diversas áreas do setor.

Desde 1945 que a ONU reconheceu igualdade entre homens e mulheres. Se nas décadas de 1970 e 1980 as mulheres caminhavam lentamente ao encontro dos homens, os anos noventa foram os anos mais promissores na educação, no mercado de trabalho, nos postos de comando das empresas e na economia brasileira em geral. A cada década as mulheres vêm fortalecendo sua participação no mercado de trabalho, aumentando seu nível de escolaridade e conseguindo reduzir, mesmo que lentamente, a grande defasagem salarial que ainda existe em relação aos homens. A presença de mulheres na produção social, na indústria, no espaço público, na política e na economia vem quebrando tabus e promovendo profundas mudanças nas relações socioeconômicas e culturais.

O objetivo deste trabalho é acompanhar e apresentar a situação recente da participação feminina no setor industrial da Região Metropolitana de Salvador, observando se houve aumento, diminuição ou estabilidade em tal participação. Para isso, será necessária uma análise acerca da inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro: principais motivações, causas, como se deu esta inserção, os principais postos de ocupação e a evolução da participação das mulheres no mercado, além de uma breve retrospectiva histórica, o que mostrará as mudanças de papéis das mulheres dentro do principal

período analisado (a partir da década de 1970). Assim, será possível fazer uma análise do papel da mulher na indústria em um período mais recente, de 1997 a 2005.

Além desta introdução, este trabalho é dividido em mais três partes. Na primeira, a intenção é mostrar como as questões de gênero vêm influenciando as famílias, e a sociedade como um todo, de forma que a ocupação em determinados postos de trabalho (e isso é mostrado numa breve retrospectiva) está diretamente ligada à discriminação por sexo.

Na segunda parte o objetivo foi mostrar o desenvolvimento da indústria no estado, bem como sua importância na criação de empregos na região. Além disso, algumas particularidades do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador são apresentadas.

No quarto capítulo inicia-se a terceira parte. Nela, o objetivo é mostrar a inserção feminina na indústria brasileira e baiana, dando ênfase à indústria da Região Metropolitana de Salvador. Os principais pontos abordados nesta parte são referentes às mudanças sofridas pela indústria que levaram à entrada feminina neste setor e a avaliação dos ramos que empregam mulheres na produção. O quinto capítulo fecha o acompanhamento da evolução feminina no mercado de trabalho no setor, fazendo análises acerca da ocupação, desemprego e rendimento das mulheres no período 1997-2005.

2 A QUESTÃO DO GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

Gênero [Do lat. *genus, eris*] S.m. 1. *Lóg.* Classe cuja extensão se divide em outras classes, as quais, em relação à primeira, são chamadas espécies. 2. *P. ext.* Conjunto de espécies que apresentam certo número de caracteres comuns convencionalmente estabelecidos. 7. *Bio. Ger.* Unidade taxionômica usada nos sistemas de classificação, e constituída por uma ou mais espécies afins. Constitui, geralmente, uma categoria natural, fácil de reconhecer, sendo a denominação genérica sempre um substantivo, latino ou alatinado. 8. *Gram.* Categoria que indica, por meio de desinências, uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas (FERREIRA, 2005).

O conceito de gênero, explicitado anteriormente, originalmente aplicado à classificação de coisas e espécies, foi absorvido e politizado pelas correntes feministas a partir dos anos 1970, com significado de “sexo originalmente construído”, produto da socialização das pessoas. Isto quer dizer que “masculino” e “feminino” não são categorias somente biológicas, mas construídas em sociedades e tempos determinados, a partir das relações entre homens e mulheres. Sob essa ótica, o gênero funciona como marco teórico das ciências sociais, útil tanto para descrição e análise das relações entre homens e mulheres, como para a compreensão do próprio ordenamento da sociedade (LEITE, 2000).

Ainda segundo Leite, a categoria “gênero”, então, pode e deve ser utilizada como ferramenta de pesquisa e análise social, mostrando que as relações entre homens e mulheres vão muito além da dimensão biológica. Assim, torna-se um conceito essencial para a compreensão do mundo do trabalho e para a criação de políticas públicas na área. As condições de trabalho e emprego, as formas de inserção e situações de trabalho, salários e políticas de recursos humanos variam de forma significativa segundo o sexo da mão-de-obra. Nesse sentido é que o conceito apresentado torna-se referência básica para pesquisa no mundo do trabalho.

O fato é que estudos de análise então desenvolvidos assumem de forma explícita que a existência de dois gêneros tem efeitos consideráveis nos agentes econômicos, em sua interação com as famílias, empresas e mercados.

Levar em conta a diversidade de gênero no mercado de trabalho implica considerar as seguintes questões: i) as necessidades e demandas dos trabalhadores e trabalhadoras da PEA são diferentes, específicas, e é preciso promover iguais oportunidades de desenvolvimento para homens e mulheres; ii) Ao longo da história, o trabalho tem sido orientado por uma divisão de gênero (chamada tradicionalmente de divisão sexual), que acaba definindo atividades e ocupações mais “tipicamente masculinas” e outras “femininas”; iii) A sexualização das ocupações, embora muitas vezes apontada como natural, imposta pelas características biológicas, podem refletir, em certos casos, relações de poder e ações discriminatórias (BRUSCHINI, 1998).

Nas sociedades, as relações entre os sexos ainda são predominantemente assimétricas e hierárquicas, e são desiguais as posições ocupadas pelos indivíduos dos dois sexos seja na esfera da produção ou das relações familiares. A distribuição do trabalho nas empresas baseada no sexo do trabalhador ainda resulta das tradições estabelecidas ao longo dos séculos, seja sobre o papel da mulher na sociedade, na família, ou na própria manutenção da força de trabalho. As oportunidades de trabalho oferecidas para cada sexo, decorrem em grande parte da consideração sobre o papel da mulher na sociedade, no âmbito familiar e doméstico, e sua capacidade de conciliar o trabalho profissional com o doméstico, bem como da qualificação ou capacitação para exercer ocupações de maior responsabilidade. Segundo Kon (2002, p.6):

É necessário esclarecer que nas análises econômicas sobre a questão de gênero, na atualidade, as diferenças entre homens e mulheres não se restringem às questões biológicas relacionadas ao sexo do indivíduo (homem ou mulher), mas sim constituem em uma série de atributos psicológicos, sociais e/ou culturais (gênero feminino ou masculino). A análise ocupacional sócio-econômica, dessa forma, transcende a simples observação de dados estatísticos sobre a alocação dos trabalhadores em determinadas categorias de trabalho segundo o sexo, desde que na atualidade, o gênero é considerado uma categoria analítica relacional, referindo-se à organização social das relações entre os sexos.

As escolhas dos agentes econômicos sobre a incorporação dos trabalhadores segundo o gênero nos processos produtivos das empresas, tanto da parte dos empregadores que oferecem os postos de trabalho, quanto dos trabalhadores à procura do emprego, podem refletir segregação e discriminação. Quando isso ocorre, há, constantemente, o desfavorecimento das mulheres.

2.2 A EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Historicamente, as tarefas domésticas, embora restritas à unidade familiar, eram executadas ao lado de outras atividades ligadas diretamente à produção social. Os membros das famílias tinham deveres claramente definidos, determinados por sua idade, sexo e posição na família. A diferenciação de papéis sexuais existia: homens e mulheres executavam tarefas diferentes, ocupando espaços distintos. Enquanto o homem assumia a papel primordial na esfera pública, a presença da mulher limitava-se ao ambiente doméstico (TORRES, 2006).

No final do século XIX, de acordo com Torres, com a Revolução Industrial, o trabalho passou a ser desenvolvido e dividido em duas esferas distintas: de um lado a unidade doméstica, de outro a unidade de produção. A essa fragmentação correspondeu uma divisão sexual do trabalho, cabendo ao homem o trabalho executivo fora do lar, pelo qual passou a receber um salário, enquanto à mulher coube principalmente a realização de tarefas relativas à reprodução da força de trabalho, sem remuneração.

No Brasil, fazendo uma breve retrospectiva, observou-se que, a inserção da mulher no mercado de trabalho se dá por volta dos anos 1950, mas os efeitos disso só começaram a ser vistos a partir da década de 1970.

Durante o período de 1945-64, a sociedade brasileira vive uma série de transformações proporcionadas, entre outros fatores, pelo desenvolvimento econômico: processo de crescimento urbano e industrial, aumento das possibilidades nos campos profissional e escolar, tanto da população em geral quanto da feminina. Certas distâncias entre homens e mulheres se reduzem como, por exemplo, a modificação de certas regras sociais. O trabalho da mulher, especialmente a de classe média (pois as mulheres pobres tiveram sempre como vivência o trabalho fora do casamento) ainda que cada vez mais comum, continua cercado de preconceitos e encarado como subsidiário ao trabalho do “chefe da família”, o homem (CUNHA, 2001).

Assim, ainda segundo Cunha, a mulher não precisava e não deveria ganhar dinheiro. As que ficavam viúvas, ou eram de uma elite empobrecida, e precisavam trabalhar para se

sustentar e aos filhos, faziam doces por encomendas, arranjo de flores, bordados e crivos, davam aulas de piano etc. Mas, além de pouco valorizadas, essas atividades eram mal vistas pela sociedade. Mesmo assim algumas conseguiram transpor as barreiras do papel de ser apenas esposa, mãe e dona do lar.

A partir da metade da década de 1960, as mulheres foram conquistando um espaço maior no mercado de trabalho. Esse ingresso foi correlato aos seguintes fatores: o primeiro refere-se a mudanças importantes no comportamento demográfico. Isso foi devido ao movimento de queda da fecundidade, iniciada nos anos 1960 e intensificada nos anos 1970. Tal fator, somado a um movimento de redução da mortalidade e envelhecimento da população, bem como ao aumento do número de domicílios chefiados por mulheres, cria um novo perfil sócio-demográfico dos grupos familiares no país, com efeitos importantes sobre o ingresso de mulheres ao mercado de trabalho (GUIMARÃES, 1999).

Outra tendência importante foi o ganho de escolaridade feminina. A escolaridade da população do país como um todo vinha crescendo, mas as mulheres se mostraram mais escolarizadas. Por fim, foram ocorrendo, naquelas décadas, transformações nos valores, o que permitiu a convivência entre os papéis familiares e profissionais.

Tais transformações são decisivas para o entendimento das decisões individuais de ingresso no mercado, por parte das mulheres. Bem assim, essa esfera valorativa é igualmente determinante para o entendimento dos diferenciais de remuneração e das oportunidades de mobilidade e de acesso, pelas mulheres, a posições ocupacionais de prestígio e de poder (GUIMARÃES, 1999, p.6).

As motivações para essa inserção foram as mais diversas, e podem ser divididas tanto em questões econômicas (como a queda da renda familiar como um todo, ou complementação da mesma), quanto pessoais (como a busca por maior independência e realização profissional).

Segundo Araújo e Ribeiro (2002), esse expressivo crescimento de tal participação, constatado a partir dos anos 1960, e acentuado nos anos 1970, pode ser encarado como uma das mais importantes transformações sociais ocorridas desde então. Alguns números relativos a esse crescimento podem ser vistos na tabela a seguir:

Tabela 1: Diferença participativa por gênero em algumas atividades econômicas (%)

	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	1972		1977		1979	
Agrícola	77,94	22,96	73,69	26,31	76,35	23,65
Social	9,5	90,5	28,7	71,3	28,5	71,5
Adm. pública	83,6	16,4	80,5	19,5	78,04	21,98
Outras atividades	75,51	24,49	62,08	37,92	65,44	34,56
Comércio	78,41	21,59	71,73	28,27	70,42	29,58
Indústria de transformação	74,85	25,15	75,45	24,55	86,16	13,84
Indústria da construção	98,77	1,23	98,02	1,98	98,32	1,68
Outras atividades industriais	91,03	8,97	91,06	8,94
Prestação de serviços	41,27	58,73	65,21	38,79	34,93	65,07
Transportes / comunicação	93,74	6,26	92,07	7,93	92,33	7,67

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 1972, 1977 e 1979.

Examinando números apresentados pelos Censos Demográficos e Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílio (PNADs) do período, verificou-se que a taxa de atividade feminina - ou seja, a porcentagem de mulheres economicamente ativas sobre o total de mulheres de 10 anos ou mais - era de 18,1% em 1970, atingindo a cifra de 29,6% na metade da década. Contudo, esses dados não incluíam o conjunto de mulheres que trabalham na atividade doméstica. Caso os dados fossem recalculados incluindo tais atividades, então essa cifra passaria a atingir 75,5% (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982).

Bruschini e Rosemberg afirmam ainda que no início desta década, a mulher brasileira que disputava posições no mundo do trabalho era, na sua maioria, jovem, solteira e sem filhos e 80% do contingente ativo trabalhava em apenas ocupações de baixo prestígio e remuneração, quais sejam: empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, professoras

primárias, funcionárias de escritórios, costureiras, lavadeiras, balconistas, serventes, enfermeiras e tecelãs.

Para as mulheres das classes menos favorecidas e com baixo nível de instrução, as possibilidades de trabalho eram limitadas às ocupações relativas à prestação de serviços, quase sempre como empregadas domésticas, ou no campo. A mulher de instrução mais elevada alocava-se em ocupações técnicas e científicas. Era intensa também a concentração de mulheres no magistério e em suas funções auxiliares, o que correspondia a 10,4% da força de trabalho feminina da época. As funções eram exercidas principalmente na prestação de serviços, em atividades agrícolas, sociais e no comércio de mercadorias. Poucas trabalhavam na indústria de transformação e 1,7 milhões eram empregadas domésticas (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982).

Nos anos 1980 prosseguiu a crescente participação feminina no mercado de trabalho, apesar da estagnação da atividade econômica e deterioração das oportunidades de ocupação. Nesse período, em condições de estagnação da economia e do empobrecimento generalizado da população (que atingiu inclusive a classe média brasileira), a participação da mulher na atividade econômica contribuiu para a sustentação da renda familiar. Foram as mulheres chefes e cônjuges, com idade acima de 25 anos, escolarizadas, pertencentes a famílias que não têm nível de renda muito baixo, que mais aumentaram sua participação no trabalho remunerado. Esse aumento da participação da mulher cônjuge, com mais de 25 anos, traduz dois movimentos distintos. De um lado, reflete o fato de algumas mulheres casadas terem começado a trabalhar por remuneração, e de outro, expressa a permanência no trabalho remunerado de mulheres que começaram a trabalhar jovens e não se afastaram da atividade econômica com a idade e a mudança no estado civil (LEONE, 1999).

Isto quer dizer que um número maior de famílias passou a depender do trabalho da mulher para preservar a renda familiar, não se observando, entretanto, melhora significativa na renda relativa da mulher que trabalha, comparativamente a todas as outras fontes de renda da família. Esses resultados, segundo Leone, foram verificados na maior parte das Regiões Metropolitanas do país. Contudo, nas circunstâncias econômicas em que esta inserção ocorreu, em um período de declínio do poder de

compra da renda do trabalho devido à estagnação da economia e à aceleração da inflação, as oportunidades de emprego não facilitaram uma inserção adequada da mulher no mercado de trabalho.

Mesmo com as condições apresentadas na época, sobressai-se o aumento persistente da taxa de atividade feminina, que chega a 36,9% em 1985. Nesse período, persistem as alocações em certas atividades femininas (serviços pessoais, administração pública, saúde, ensino privado), mas aumenta também a participação em todos os grupos ocupacionais. Além disso, observam-se algumas bem sucedidas incursões de mulheres a redutos tradicionalmente masculinos, como nos serviços de reparação e dos serviços industriais de utilidade pública. Há uma mudança no perfil das trabalhadoras – elas passam a ser mais velhas, casadas, com filhos, porém suas responsabilidades domésticas e familiares permanecem com sobrecarga (GUIMARÃES, 1999).

No final da década as mulheres constituíam quase 40% da mão- de- obra brasileira, e sua taxa de participação econômica era uma das mais altas da América Latina. Durante estas décadas, houve significativo aumento da participação feminina nas áreas de comércio, prestação de serviços e serviço social, todas ligadas ao estigma de “profissão de mulher”. Mas houve aumento também em áreas ligadas à indústria e à administração pública. A participação feminina no mercado cresceu de sete milhões em 1970 para aproximadamente catorze milhões em 1980, mesmo com declínio do ritmo de crescimento durante esta década (GUIMARÃES, 1999).

Segundo estudos do IBGE, os anos 1990 foram marcados por grandes mudanças no mercado de trabalho brasileiro. A recessão econômica do período 1990/92, a abertura comercial, o ajustamento no setor privado em busca de maior competitividade, o plano de estabilização econômica e as privatizações foram de grande impacto sobre a ocupação, a desocupação e o rendimento dos trabalhadores. Reduziu-se em grande parte o número de trabalhadores na indústria de transformação e, em contrapartida, expandiu-se o número de trabalhadores nos setores de "prestação de serviços" e do comércio. Outras observações foram o declínio do número de pessoas trabalhando com carteira assinada e o aumento do número de pessoas trabalhando sem carteira assinada e por conta própria.

Estatísticas já demonstraram que a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro ampliou-se na década de 1990. Podemos fazer uma comparação, analisando a tabela a seguir, do crescimento da atividade feminina e masculina para o período de uma década (1985-1995):

Tabela 2: Indicadores de participação econômica por sexo Brasil

SEXO	População economicamente ativa (em milhões)				Variação 1985/95 %	Taxas de Atividades (%)				Porcentagem de mulheres entre os trabalhadores			
	1985	1990	1993	1995		1985	1990	1993	1995	1985	1990	1993	1995
	Homens	36,6	41,6	42,8		44,2	20,8	76,0	75,3	76,0	78,3	66,5	64,5
Mulheres	18,4	22,9	28,0	30,0	63,0	36,9	39,2	47,0	53,4	33,5	35,5	39,6	40,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 1985, 1990, 1993 e 1995

A presença feminina na população economicamente ativa do País cresceu cerca de 9% neste período, enquanto a masculina caiu aproximadamente 4%. Porém, ao contrário do que se poderia supor, a inserção qualificada, motivada pela oferta de bons empregos e salários, e alimentada pelo desejo da mulher de obter realização profissional, tem pequena parcela de responsabilidade nesse crescimento.

Indicadores gerais para o Brasil revelam que, no período 1990-1998, a PEA feminina passou de 22,9 milhões para 31,3 milhões. A taxa de atividade passou de 39,2% para 47,6%⁴ e a porcentagem de mulheres no conjunto dos trabalhadores foi de 35,5% para 40,7%. Esse período foi marcado, no Brasil como em outros países, por uma reestruturação da economia, que provoca perda de postos de trabalho em setores formalizados e flexibilização das relações de trabalho. Segundo Bruschini (1998), com um acréscimo de cerca de 12 milhões e uma ampliação da ordem de 63%, as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa, nos períodos de 1985 a 1995.

As trabalhadoras passam a representar, em 1995, uma parcela de 40,4% da força de trabalho brasileira, ainda de acordo com a autora. Nesta década, há uma mudança no perfil da trabalhadora, seguindo as tendências já apresentadas na década anterior: as

mulheres que ingressam no mercado de trabalho são, em sua maioria, mais velhas, casadas e mães.

Bruschini afirma também que um dos indicadores mais evidentes dessa mudança é a idade. Como revelam os dados, embora a atividade feminina tenha ampliado em todas as faixas etárias, os aumentos mais relevantes ocorreram nas mais elevadas, tendência já observada nos anos oitenta, mas que se intensifica na década seguinte. Em 1995, a mais alta taxa de atividade, superior a 66%, é encontrada entre mulheres de 30 a 39 anos e mais de 63% das de 40 a 49 anos também são ativas.

A mudança no perfil etário da PEA feminina, que é acompanhada por um expressivo aumento do trabalho das esposas, sugere que as responsabilidades familiares não estariam mais constituindo um fator impeditivo ao trabalho feminino de mercado, como ocorria até os anos 70. Movidas pela necessidade de complementar a renda familiar ou impulsionadas pela escolaridade elevada, menor número de filhos, mudanças na identidade feminina e nas relações familiares, as mulheres casadas procuram cada vez mais o mercado de trabalho (BRUSCHINI, 1998, p.8).

Verifica-se, entre os anos de 1985 e 1990, para homens e mulheres, relativa expansão da atividade industrial e da comercial, enquanto os trabalhadores começam a entrar no setor de serviços, tradicional reduto feminino. No período que vai de 1990 a 1995, a queda do nível de emprego no setor industrial se expressa no deslocamento, para outros setores, dos trabalhadores de ambos os sexos. Os efeitos perversos parecem ter incidido particularmente sobre as mulheres, pois enquanto a ocupação masculina cai ligeiramente na indústria, a presença das mulheres nesse setor sofre declínio mais acentuado até chegar a 9,3% da força de trabalho feminina (BRUSCHINI, 1998). Isso pode ser comprovado na tabela a seguir.

Tabela 3: Ocupados e ocupadas por setor de atividade Brasil (%)

Setores de atividades	1985		1990		1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Agrícola	33,6	18,4	28,1	14,0	29,6	24,3	28,4	22,5
Indústria	27,0	12,4	29,1	13,7	27,2	10,1	26,4	9,3
Transporte	5,0	0,8	5,2	1,0	5,2	0,8	5,6	0,8
Administração	5,0	3,3	5,1	4,0	5,1	3,9	5,1	3,9
Outros	3,4	3,1	3,0	2,7	2,2	1,9	2,1	1,7
Comercio de mercadorias	11,2	10,4	12,3	12,2	13,0	12,0	13,3	12,8
Prestação de serviços	8,9	32,1	10,4	30,9	11,0	28,6	12,0	29,8
Serv. Aux. de Ativ. Econômico	2,9	2,3	3,3	3,0	3,2	2,3	3,5	2,9
Comunicação social	3,2	17,1	3,3	18,6	3,4	16,2	3,6	16,3
Total (milhões)	35,5	17,8	40,0	22,1	40,5	26,0	41,9	27,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 1985, 1990, 1993 e 1995

Os dados referentes à ocupação da mão-de-obra brasileira na década de 1990 sinalizam a persistência dos já conhecidos padrões diferenciados de inserção feminina e masculina, segundo setores ou grupos de atividades econômicas:

A inserção das mulheres no mercado de trabalho entre 1992 e 2002 é caracterizada, portanto, por avanços e retrocessos. De um lado, a intensidade e a constância do aumento da participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA), de outro, o elevado desemprego e a má qualidade das condições de trabalho das mulheres. De um lado, as trabalhadoras mais escolarizadas conquistaram bons empregos e acesso a carreiras antes ocupadas apenas pelos homens e a postos de gerência e diretoria; de outro, predomina o trabalho feminino em atividades precárias e informais (BRUSCHINI; LOMBARDI; UNHEBEHAUM, p.14).

Pela ordem, os setores do mercado de trabalho nos quais as trabalhadoras continuam encontrando maiores oportunidades de trabalho e emprego são: a prestação de serviços, o setor agrícola, o social, o comércio de mercadorias e a indústria.

3 INDÚSTRIA E TRABALHO NA BAHIA

3.1 RELATO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NA BAHIA E EM ESPECIAL NA RMS

A história econômica do Estado da Bahia apresentou duas dinâmicas bem distintas: a primeira, que vai do Século XVI até 1970, corresponde à fase de economia primárioexportadora e, a segunda, de 1970 em diante, diz respeito à fase de economia predominantemente industrial inaugurada com a implantação da indústria petroquímica ampliada pela metalurgia do cobre, pela indústria de celulose e, mais recentemente, pela indústria automobilística.

O litoral foi a região que concentrou a maior parte das atividades econômicas da Bahia. Essa concentração tem início na colonização (por causa da agricultura de exportação, que era beneficiada pelos fatores naturais existentes), mas começou a mudar na última metade do século XX, quando políticas de integração econômica buscaram diversificar as atividades produtivas. Nesse período, as indústrias que mais se destacavam eram as do segmento alimentício e as pequenas metalurgias (ALVES, 2003).

De 1930 até 1950, a Bahia era ainda muito dependente economicamente do seu principal produto de exportação: o cacau. O grupo de indústrias tradicionais representava 86,6% do valor de transformação industrial, sendo os ramos de alimentícios e têxteis os que mais contribuíram nesta participação. Os principais produtos produzidos na época eram: farinha de trigo, açúcar, tecidos de algodão, cigarros e derivados do cacau (SPINOLA; PEDRÃO; ZACARIAS, 1983).

Essa dependência do cacau continuou até a década de 1980, mesmo após o processo de industrialização iniciado em 1950 com a implantação da Refinaria de Mataripe, que representa um marco no processo de desenvolvimento do Estado da Bahia (ALCOFORADO, 2003).

Segundo Alves, a partir da década de 1950 a indústria química começou a se expandir, e suas atividades de exploração, produção e refino do petróleo acabaram por dinamizar a economia da RMS. Isso possibilitou a expansão do comércio de bens duráveis e a

implantação de novas indústrias na região. Até esta década, o parque fabril da região era composto por 121 unidades em funcionamento.

Guerra e Teixeira (2000) afirmam que esta década foi também de interpretação do que se chamou de “enigma baiano”: enquanto em décadas anteriores a indústria de transformação do estado fora marcada por relativa diversificação, na década de 1950 ela se concentrava no setor alimentício, com uma marcante estagnação dos setores têxtil e fumageiro.

Nesta época, ainda segundo esses autores, a produção local apoiava-se quase que inteiramente no setor primário exportador, dependente, como dito anteriormente, do comportamento do cacau. A situação era agravada pelas baixas condições (tanto em quantidade como em qualidade) da infra-estrutura local, como era o caso das estradas da região.

O fato é que o estado, no final desta década, começava o seu processo de industrialização a partir dos investimentos da Petrobrás na extração e refino do petróleo. Com isso, surgiam também mudanças sociais, tais como a expansão da classe operária e classe média urbana.

Alcoforado afirma que até o início da década de 1960, a economia da Bahia caracterizou-se pela produção de produtos de base predominantemente agrícola, como o cacau, sisal e fumo, dentre outros, voltados para a exportação. Porém, a criação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) começou a fortalecer a industrialização baiana. A idéia inicial era estabelecer as indústrias de consumo final, tal como ocorria no Centro-Sul do país. Com isso, houve uma expansão industrial de 159%.

Em 1966 foi criado o CIA (Centro Industrial de Aratu), e começava a se estabelecer o crescimento industrial do Estado. Foram oferecidos às indústrias incipientes incentivos federais e infra-estrutura para suas instalações. Tal estrutura se concentrou próxima à capital, sobretudo pelas facilidades referentes a portos, ferrovias, energia e água. Inúmeros foram os projetos atraídos pelo CIA, e os investimentos geraram cerca de trinta mil empregos diretos. Em 1975 o CIA era responsável por 1% do total de

assalariados do estado, sendo os gêneros de metalurgia, material elétrico, transporte e petroquímico os principais empregadores (GUERRA; TEIXEIRA, 2000).

Ao final da década de 1960, a infra-estrutura baiana passava por mudanças de modernização e expansão. A industrialização do estado era inevitável. Crescia também o contingente de operários industriais e da classe média.

A partir da década de 1970, no contexto da política do governo federal de substituição de importações, a Bahia foi contemplada com vários projetos industriais que tinham por objetivo a produção de bens intermediários (intensivos em capital e tecnologicamente modernos) complementar à matriz de produção já desenvolvida na região Sudeste do país. Nesta época, a região foi também beneficiada pela implementação do COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari) e pelo segundo PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que foram fundamentais no crescimento industrial baiano (ALVES, 2003).

Todo esse conjunto de empreendimentos foi concentrado na RMS, que responde por 70% da produção industrial do Estado. A consolidação da industrialização na Bahia fez com que ocorressem profundas transformações na estrutura econômica do Estado, com uma redução do peso da agricultura e um aumento significativo da participação do setor secundário no PIB estadual, principalmente dos segmentos químico e petroquímico e extrativo mineral. O desenvolvimento desses setores fez com que a Bahia se transformasse em uma das principais fornecedoras nacionais de matérias-primas e bens intermediários.

Cabe destacar o quadro de empregos do setor industrial destas décadas:

Tabela 4: Emprego no setor industrial da Bahia (Em 1000 pessoas)

Setor secundário	1960	1970	1977
Mineração	13,5	18,9	25,7
Indústria de transformação (ramo dinâmico) ¹	19,0	30,8	42,9
Indústria de transformação (ramos tradicionais) ²	73,5	91,1	114,7
Construção	81,8	123,6	176,0
Total	197,8	264,4	359,3

Fonte: Spinola; Pedrão; Zacarias, 1983

Sobre a década de 1980, Guerra e Teixeira (2000, p. 91) afirmam:

A atividade industrial baiana apresentou um comportamento bem distinto dos anos 70. Por serem seus ramos industriais produtores de bens intermediários, a economia local tornou-se fortemente correlacionada com a nacional. A brutal retração desta última, no início daquela década, e seus presumíveis e inevitáveis impactos negativos sobre o desempenho econômico estadual foram, todavia, atenuados pela agilidade da indústria petroquímica que, aproveitando-se de uma conjuntura internacional favorável, buscou no mercado externo a saída para o escoamento de sua produção.

Destacou-se nesta década também a indústria metalúrgica, segundo segmento mais importante da indústria de transformação baiana. Mesmo não apresentando o mesmo desenvolvimento da indústria petroquímica, este setor cresceu cerca de 12% ao ano no período, e na metade da década era responsável, junto com o setor mecânico, pelo emprego de vinte mil pessoas. Assim, se consolidaram na RMS os avanços da indústria de base, constituída pela metalurgia, química pesada e, embora em menor escala, pela indústria mecânica

Na década de 1990, começou a crescer na Bahia a indústria de papel e papelão, caracterizado por grandes empreendimentos produtores de celulose e papel no Extremo Sul do Estado com a entrada em operação da Bahia Sul Celulose e a implantação da Vera Cruz Celulose. Os ramos tradicionais da indústria da Bahia, responsáveis pelo crescimento industrial em períodos anteriores, como o de alimentos, fumo, vestuário,

¹ Ramo dinâmico: metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicação, minerais não metálicos, material de transporte, química e produtos de matérias plásticas.

² Ramos tradicionais: extração de minerais, madeira, mobiliário, perfumaria, sabões e velas, têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, produtos alimentares, bebidas, fumo, construção civil e editorial gráfica.

couros e peles, dentre outros, reduziram sua importância relativa, dando lugar aos segmentos químico e petroquímico, metal-mecânico e de papel e celulose, o que também determinou mudanças no mercado de trabalho da região. No início da década, só a área do COPEC utilizava pouco mais de vinte e quatro mil trabalhadores como mão-de-obra direta (ALCOFORADO, 2003).

Nesta década também buscou-se uma diversificação da matriz industrial do estado, através dos incentivos para a atração de investimentos industriais. A implantação automobilística foi uma delas. Com isso, foram criadas empresas nos segmentos de fundição, estampagem, usinagem e outras, o que gerou emprego, renda e diversificação da indústria local (GUERRA; TEIXEIRA, 2000).

3.2 ASPECTOS DO MERCADO DE TRABALHO DA RMS

A Região Metropolitana de Salvador foi instituída pela Lei Complementar Federal número 14, de 8 de junho de 1973 e compreende os seguintes municípios: Camaçari, Candeias, Catu, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz (REGIÃO..., 2006).

A região ocupa 2.339,6 km² e contava em 2000, de acordo com o Censo Demográfico, uma população de 3.021.572 habitantes, o que representava uma densidade demográfica de 1.290,07 hab/km². A RMS também abriga o maior parque industrial do Norte e Nordeste e responde pelo quinto maior PIB metropolitano do país (REGIÃO..., 2006).

É a região mais desenvolvida do Estado da Bahia sendo, que Salvador é a área que mais acumula suporte de comércio e serviços. A importância do setor petroquímico para a região faz com que ela seja a maior beneficiada dos investimentos em todo o Estado da Bahia (ALCOFORADO, 2003).

O mercado de trabalho da RMS é, na sua maioria, composto por trabalhadores negros (conjunto de pretos e pardos), devido à sua significância na população em idade ativa, por volta de 80%. A participação dos homens ainda predomina, embora haja uma tendência do crescimento da participação das mulheres. Em relação à composição etária, as pesquisas apontam para o fenômeno do amadurecimento da população da

região, em consequência da diminuição do crescimento vegetativo e da ampliação da expectativa de vida (BORGES; GUIMARÃES, 1997).

Uma outra característica marcante da região diz respeito ao fato de que ela concentra, no que diz respeito aos rendimentos do trabalho, cerca de metade do PIB do estado, confirmando o seu papel de destaque em relação às demais regiões econômicas. Porém, a RMS possui um elevado grau de desigualdade na distribuição de tais rendimentos. Também há uma concentração setorial, com o setor de serviços ocupando lugar principal na estrutura ocupacional da região. O resultado disso é uma baixa estruturação do mercado de trabalho reforçando o caráter heterogêneo e precário dos empregos metropolitanos (BORGES; GUIMARÃES, 1997).

No início da década de 1980, a dinâmica do mercado de trabalho da RMS foi principalmente influenciada pelos empregos decorrentes dos investimentos do Pólo Petroquímico e da Administração pública, que acabavam impulsionando os demais setores de atividade, especialmente comércio e serviços. Esse período foi marcado (genericamente falando) pelo crescimento de ocupações precárias e trabalhos por conta própria (RODRIGUES, 2004).

De acordo com dados da PED, nos finais da década de 1980, o setor de serviços respondia por cerca de 58% do total de ocupações criadas na RMS e em 1998/2002 67% das ocupações estavam concentradas neste mesmo setor. Portanto, houve um acréscimo de 16%, sendo que, do total dos serviços registrados nos segundo período, 10% diziam respeito aos “serviços domésticos”.

Também foi um período de grande crescimento da taxa de atividade da população metropolitana. Esse movimento é explicado em grande parte pela maior participação feminina no mercado de trabalho, tendência observada em todo o país no período. Porém, verificou-se uma redução dos empregos com carteira de trabalho assinada em todos os setores de atividade, exceto Administração pública (onde o vínculo era garantido pela estabilidade).

Nesse período, a maior evidencia analisada foi a da concentração das atividades ligadas ao setor terciário, que passaram de 71% para 77,2% entre 1981 e 1989. Neste último ano, o setor secundário respondia por 21,4% da participação dos ocupados.

Quanto ao nível de escolaridade, se observou uma crescente expansão dos níveis mais elevados de escolaridade na RMS ao longo dos anos 1980. Entretanto, o quanto da escolaridade não significou uma mudança qualitativa no mercado de trabalho, do ponto de vista do trabalhador, uma vez que estes ganhos no nível de escolaridade da população ocupada não têm se traduzido em ganhos proporcionais de renda (RODRIGUES, 2004, p.32).

O mercado de trabalho da RMS na década de 1990 foi marcado por alguns aspectos vindos da década de 1980. Tais aspectos foram responsáveis pela heterogeneidade e precarização do mercado de trabalho da região. Entre os problemas verificados, destacam-se o baixo grau de estruturação em torno de empregos assalariados formais; a importância do setor de serviços na composição da ocupação (causada principalmente pela terceirização das atividades industriais); a baixa escolaridade média da mão-de-obra local e a queda do nível de rendimentos dos ocupados (BORGES; GUIMARÃES, 1997).

Por conta da ampliação da exigência de educação no mercado de trabalho, houve uma maior difusão da escolaridade. Analisando o período 1989/1999, verificou-se que o número de pessoas de 10 anos ou mais de idade, analfabetas e com menos de um ano de estudo reduziu-se em 5%, enquanto houve crescimentos significativos das pessoas nos demais níveis de ensino, quais sejam: ensino fundamental incompleto e completo; ensino médio incompleto e completo e ensino superior incompleto. A informalidade também exerceu um grande papel nesse período. As relações informais de trabalho passaram de 43,7% no período 1987-89 para 49% no período 1999-2001. (RODRIGUES, 2004)

Enfim, a década de 1980 registra uma crise no mercado de trabalho, o que significou uma deterioração da qualidade dos postos de trabalho existentes. A década de 1990 intensificou os traços de desemprego e de terceirização, agravado pela insuficiência dos postos de trabalho.

4 A MULHER NA INDÚSTRIA: DO BRASIL À RMS

O setor industrial brasileiro vem passando por inúmeras mudanças, desde a política de substituição de importações (no final da década de 1970), passando pelo processo inflacionário dos anos 1980/90 e a abertura comercial iniciada em 1990. Nesse processo, houve uma reestruturação industrial que reduziu, no período entre 1989 e 1994, em 24,6% o número médio de empregados por estabelecimento industrial (MELO, 2000).

Com as mudanças produtivas, vieram as mudanças no mercado de trabalho: cresce o número de trabalhadores no mercado informal, os trabalhadores sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria e o número de microempresários. Nessa fase de precarização do trabalho, a mulher é mais prejudicada que o homem, já que elas são a maioria nos empregos de baixa qualidade e de menores rendimentos.

No entanto, é importante salientar que essas mudanças no mercado de trabalho são diferenciadas, dependendo do setor econômico que é observado. A precarização do trabalho é muito mais difícil de ser percebida na indústria de transformação, extrativa mineral ou construção civil, por exemplo, por conta do controle do Estado.

A ampliação e a diversificação da participação feminina no setor industrial começam a ser notada anos 1970, quando as mulheres passaram a ser incorporadas em setores das indústrias elétrica e eletrônica. No entanto, se, por um lado, as mulheres vêm conquistando novos espaços no mercado de trabalho, por outro, concentram-se em setores e ocupações definidos como tradicionalmente femininos. É o caso das indústrias têxtil e do vestuário, ramos que perderam dinamismo interno e o comando sobre o crescimento da indústria, a partir de 1950, e que, por muitas décadas, constituíram umas das poucas possibilidades de emprego fora do lar para as mulheres menos instruídas (GAZZONA, 1997).

Analisando o período 1980-1985, verifica-se, para homens e mulheres, relativa expansão da atividade industrial e da comercial, enquanto os trabalhadores começam a

entrar no setor de serviços, tradicional reduto feminino. A participação feminina no mercado de trabalho industrial no início da década pode ser vista na tabela a seguir:

Tabela 5: Participação feminina no total de trabalhadores de alguns ramos industriais em 1980

Ramo	% de mulheres
Metalurgia	9,2
Mecânica	5,7
Material elétrico e de comunicação	36,1
Material de transporte	7,7
Papel e papelão	22,8
Química	10,0
Farmacêutica	47,0
Perfumaria, sabões e velas	34,6
Matérias plásticas	31,8
Têxtil	45,2
Vestuários, calçados e artefatos de tecidos	64,6
Alimentos	25,2
Bebidas	11,4
Fumo	48,2
Editorial e gráfica	21,1
Indústria da transformação	22,6

Fonte: IBGE, 1980

Nos cinco anos seguintes (1985-1990), a queda do nível de emprego no setor industrial se expressa no deslocamento, para outros setores, dos trabalhadores de ambos os sexos. Os efeitos deste deslocamento parecem ter incidido particularmente sobre as mulheres, pois enquanto a ocupação masculina cai ligeiramente na indústria, a presença das mulheres nesse setor sofre declínio mais acentuado até chegar a 9,3% da força de trabalho feminina. A ampliação no setor agrícola (de 14% em 90 para 22,5% em 95) é provocada pelo alargamento do conceito de trabalho, que passou a captar com maior precisão a atividade econômica das mulheres no campo (BRUSCHINI, 1998).

O segmento em que mais aumentou a participação feminina foi o da indústria mecânica. Passou de 32.658 em 1985 para 79.682 em 1997, perfazendo uma taxa de crescimento de 7,72. No mesmo período, a taxa de crescimento entre os homens foi de apenas 0,46. Na indústria editorial e gráfica, a participação da mulher também foi expressiva: 6,49, contra 1,92 dos homens. Na metalurgia, a taxa entre os homens foi negativa, - 0,14, enquanto que, entre as mulheres, foi de 1,69. A tendência do emprego industrial feminino na última década foi de um crescimento da absorção de trabalhadoras nas indústrias mecânica e editorial e gráfica. Na avaliação das pesquisas realizadas, as mulheres foram beneficiadas com os avanços tecnológicos já que o trabalho nas indústrias passou a demandar muito menos força física (LAGE, 2006).

A distribuição do pessoal ocupado na indústria no período pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 6: Distribuição do pessoal ocupado segundo sexo na indústria da transformação (%)

Setor	1985		1993		1997	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Metalurgia	91,48	8,52	89,00	11,00	89,62	10,38
Mat.elétrico/comunic.	67,54	32,46	70,65	29,35	71,25	28,75
Prod. Alimentícios	75,90	24,10	67,45	32,55	64,39	35,61
Bebidas	90,95	9,05	90,92	9,08	85,13	14,87
Fumo	65,92	34,08	57,02	42,98	60,97	39,03
Química	82,96	17,04	81,54	18,46	82,06	17,94
Farmacêutico	67,16	32,84	64,07	35,93	64,11	35,89
Cosméticos/perfumaria	66,80	33,20	59,38	40,62	61,63	38,37
Mat. Plástico	70,87	29,13	72,07	27,93	69,05	30,95
Editorial/gráfica	78,23	21,77	73,27	26,73	67,96	32,04
Mecânica	91,79	8,21	84,74	15,26	82,89	17,11
Mat. de transporte	89,72	10,28	87,88	12,12	84,35	15,65
Borracha	85,29	14,71	87,07	12,93	77,45	22,55
Fio/tecido	49,24	50,76	51,17	48,83	50,35	49,65
Vestuário	22,04	77,96	23,34	76,66	27,59	72,41
Calçados	54,74	45,26	49,50	50,50	50,70	49,30
Outros	80,11	19,89	82,48	17,52	83,53	16,47
Total	73,65	26,35	71,67	28,33	71,87	28,13

Fonte: IBGE, 1985, 1993, 1997

Na Bahia, segundo estudos da Secretaria da Indústria e Comércio (1981), percebe-se, observando o comportamento do emprego na indústria, que entre os anos de 1960 e

1970, houve um aumento de 10% no total de empregos do Estado, passando de 16% para 26%. O ramo da construção civil era o que mais empregava no período (isso acontecia principalmente pela grande disponibilidade e pelo baixo custo da mão-de-obra utilizada, além da extensão do setor). No final da década de 1970 o COPEC absorvia mais de 15.000 empregados. Neste período, as empresas tradicionais absorviam 59,9% dos trabalhadores da indústria, enquanto que as empresas dinâmicas eram responsáveis por 39,9% dos empregos industriais.

Ainda segundo esse estudo, na década de 1980, destacavam-se cinco áreas na estrutura ocupacional das atividades industriais: administração, produção, manutenção, técnica e comercial. Na primeira (administração), encontravam-se empregados cerca de 17.000 pessoas. Na segunda, um pouco mais de 36.000. Os demais ocupavam, respectivamente, 4.500, 1.500 e 950 pessoas. A área comercial apresenta o menor número devido principalmente à falta de vínculo das indústrias com o mercado local.

Esse era o quadro da PEA da Região Metropolitana no período:

Tabela 7: População Economicamente Ativa por setores de produção RMS

Setores	1970	%	1980	%	Incremento %
Primário	14.604	4,1	11.315	1,8	-22,5
Secundário	92.707	26,1	183.554	29,5	98,0
Terciário	247.770	69,8	427.864	68,7	72,7
Total	355.081	100,0	622.733	100,0	75,4

Fonte: IBGE, 1985

Segundo informam Filgueiras, Rodarte e Souza (2002), durante a década de 1980, houve uma significativa ampliação de vagas na indústria, graças à ampliação dos investimentos no Pólo Petroquímico. Neste período houve também elevação da participação feminina na atividade econômica: no final da década de 1980 a PEA feminina somava 444 mil pessoas e era 42% da PEA regional. Esse foi o quadro feminino da participação na indústria da RMS durante a referida década: aumento da participação tanto na indústria da transformação (4748 pessoas, o que representa um crescimento de cerca de 29%) quanto na categoria “outras atividades industriais”, que

passa de 3.057 para 5801 pessoas, ou seja, um incremento de 2.744 pessoas, ou, cerca 90%. Isso pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 8: Participação feminina na indústria da RMS na década de 1980

Período	Indústria da transformação	Outras atividades industriais
1981
1982
1983
1984	16.367	3.057
1985	13.438	4.178
1986	17.964	4.162
1987	19.247	4.351
1988	22.510	3.410
1989	21.115	5.801

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEI

Nos anos 1990 também observou-se um aumento da proporção de mulheres que trabalhavam na indústria, especialmente na Indústria de Transformação. Porém, esse aumento não alterou bruscamente a lógica da participação feminina neste setor: as atividades ligadas ao setor secundário (Construção Civil, Indústria da Transformação e Outras Atividades Industriais) continuaram com espaços majoritariamente masculinos. As mulheres contavam, em 1992, com 15,4% de participação no setor secundário da RMS (SUERDIECK, 2003).

Por fim, Suerdieck (2003) mostra que houve, no período 1992-1997, um incremento da participação feminina na PEA da RMS na ordem de 14,2%, ou seja, 57 mil mulheres entraram para a condição de ocupadas. Esse número equivale a 54% das ocupações registradas na região.

5 ANÁLISE DOS DADOS DA PED

O objetivo deste trabalho é acompanhar e apresentar a situação recente da participação feminina no setor industrial da Região Metropolitana de Salvador. A evolução desta participação será examinada através das estatísticas da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), em dois períodos (1997-2001 e 2002-2005). Alguns aspectos serão tratados com maior relevância, tais como: ocupação, desemprego e rendimentos.

A PED é uma pesquisa domiciliar amostral, de periodicidade mensal, que investiga as características de emprego e desemprego relativas às pessoas de 10 anos e mais de idade. É coordenada pela Fundação SEADE e DIEESE (responsáveis pelo desenvolvimento da metodologia), e possibilita o processamento de diversos indicadores (do mercado de trabalho, domicílio, família e morador), sendo mais usuais aqueles referentes à condição de atividade, aos rendimentos auferidos e horas trabalhadas pelos ocupados. (PED, 1999). Em Salvador, a PEA é realizada através de parcerias com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), com a Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social (SETRAS) e com a Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Para facilitar o entendimento da análise é necessário conhecer a definição dos principais conceitos dessa pesquisa, quais sejam:

População em Idade Ativa (PIA) — categoria formada pelas pessoas de 10 anos e mais de idade. A PIA é constituída pela parcela da população que está economicamente ativa e em inatividade.

População Economicamente Ativa (PEA) — grupo correspondente à parcela da PIA que está ocupada ou desempregada. Representa a oferta efetiva de mão-de-obra no mercado de trabalho.

Ocupados — categoria que compreende a parcela da PEA que nos sete dias imediatamente anteriores ao dia da entrevista possuem trabalho remunerado exercido regularmente ou não, exceto para aqueles que exerceram algum trabalho do tipo excepcional neste período. Independentemente de ter havido procura por trabalho nos

últimos 30 dias ou 12 meses, a pessoa é considerada ocupada se possui situação efetiva de trabalho no período referente aos últimos sete dias. Não é possível existir a necessidade de mudança de trabalho para os indivíduos que exercem trabalho remunerado do tipo irregular e, nesses casos, para assegurar a condição de ocupados é preciso que não tenham procurado trabalho diferente do atual. Existem ainda os ocupados que possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parente e que ganham remuneração em espécie ou benefícios sem realizarem procura de trabalho.

Desempregados — categoria componente da PEA que é composta por pessoas involuntariamente sem trabalho ou que se encontram executando alguma ocupação irregular, mas desejam encontrar outro trabalho. Engloba também os que possuem disponibilidade para trabalhar, mas não estão procurando por estarem desestimulados. Segundo a PED, por incorporar estas duas situações, os indivíduos, podem ser classificados no desemprego aberto ou oculto.

Desemprego aberto — corresponde às pessoas que efetivamente tomaram alguma providência para conseguir um trabalho remunerado, para abrir um negócio ou para conseguir mais clientes (no caso do trabalhador autônomo) nos últimos 30 dias, mas que não estejam exercendo nenhum trabalho nos últimos sete dias.

Desemprego oculto — compreende os indivíduos que podem estar em duas situações: Desemprego oculto por trabalho precário — engloba as pessoas que possuem atividades irregulares e estão insatisfeitas com a sua situação, sentindo a necessidade de mudar de trabalho e por isso procuraram concretamente novo trabalho nos últimos 30 dias ou 12 meses que antecederam ao dia da entrevista.

Desemprego oculto por desalento — composto por pessoas que não possuem trabalho e não o procuraram nos últimos 30 dias porque estavam desanimadas com o mercado de trabalho, embora estejam disponíveis e tenham procurado trabalho nos últimos 12 meses.

Taxa de Participação — é a proporção da PIA que está incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada, indicando a pressão exercida sobre o mercado de trabalho. É expressa pela relação $PEA/PIA \times 100$.

Taxa de inatividade — indica a proporção da PIA que está fora do mercado de trabalho, sendo calculada pelo quociente número de inativos/PIA x 100.

Taxa de ocupação — é a relação entre o número de ocupados e a PEA que indica a proporção de trabalhadores da PEA que está inserida no mercado de trabalho na condição de ocupado.

Taxa de desemprego — é calculada dividindo-se o desemprego total (tanto o aberto quanto o oculto) pela PEA, indicando a proporção desta que está presente no mercado de trabalho na situação de desemprego.

Rendimento de trabalho — equivale ao rendimento monetário bruto (o salário líquido acrescido dos valores relativos aos descontos de imposto de renda, plano de saúde e previdência social) que é recebido efetivamente pelo ocupado e se refere ao trabalho desempenhado no mês imediatamente anterior ao da entrevista. Para os assalariados, o rendimento pode aumentar em razão de horas extras, bônus, gratificações e outros benefícios adicionais ou ser reduzido pela consideração de faltas, etc.

5.1 UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1997-2001

Neste período, houve crescimento da ocupação em todos os setores de atividade econômica da RMS:

Tabela 9: Estimativa do número de ocupados, segundo o setor de atividade econômica: (Em 1.000 pessoas)

Setores	1997	1999	Estimativas		Absolutas 2000/2001	Variações	
			2000	2001		Relativas 2001/2000	Relativas 2001/1997
Total	1.083	1.027	1.033	1.1661	28	2,5	7,2
Indústria	90	84	92	93	1	1,1	3,3
Comércio	194	163	186	193	7	3,8	-0,5
Serviços	628	623	678	693	15	2,2	10,4
Outros*	171	157	177	182	5	2,8	6,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PED

* Incluem construção civil, serviços domésticos, etc.

Conforme pode ser visto, a indústria apresentou um aumento de 1,1% do número de postos de trabalho criados. Os ramos que mais criaram empregos foram os de Metal-mecânico, petroquímica, química e farmacêutica.

O nível de ocupação aumentou 5,6%, ao longo do ano de 2000, segundo dados da PED. De acordo com a pesquisa, houve a criação de 57 mil novos postos de trabalho, o que elevou o contingente de ocupados para 1.084 mil pessoas contra 1.027 mil em 1999. O nível de ocupação na indústria aumentou 4,8% de 1999 para 2000, que representa a criação de 4.000 novos empregos no setor.

Em 2001 foi observado aumento na taxa de ocupação em todos os setores da economia da RMS, sendo que na indústria houve um aumento de 1,1%, o que corresponde a 93 mil postos de trabalho, e um peso relativo de 8% na ocupação.

Assim como vinha sendo observado no Brasil, foi constatado também para a RMS um aumento da participação feminina no mercado de trabalho. A taxa de participação das mulheres salta de 48,3% para 52,7% no período observado, o que representa, portanto, um aumento de 9,1%. Nesse período, registrou-se uma maior participação da mulher cônjuge, que passa de 50,1% para 56,9%, bem como aumento da participação em todas as faixas etárias analisadas, exceto para a faixa de 60 anos e mais³. Também ficou registrado aumento da escolaridade feminina em praticamente todos os níveis de instrução analisados⁴ (FILGUEIRAS; RODARTE; SOUZA, 2002).

A evolução das taxas de participação segundo o sexo para a região apresentou comportamentos diferentes para homens e mulheres. De 2000 para 2001, por exemplo, a taxa permaneceu estável para os homens, mas cresceu 1,7% entre as mulheres. Isso só vem a confirmar o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que pode ser observado no gráfico abaixo:

³ Faixas etárias analisadas:

De 10 a 14 Anos / De 15 a 17 Anos / De 18 a 24 Anos / De 25 a 39 Anos / De 40 a 59 Anos / De 60 Anos e Mais

⁴ Níveis de instrução analisados:

Analfabeto / Ens. Fund. Incompleto / Ens. Fundamental. Completo / Ens. Médio Incompleto / Ens. Médio Completo / Ens. Superior Incompleto / Ens. Superior Completo

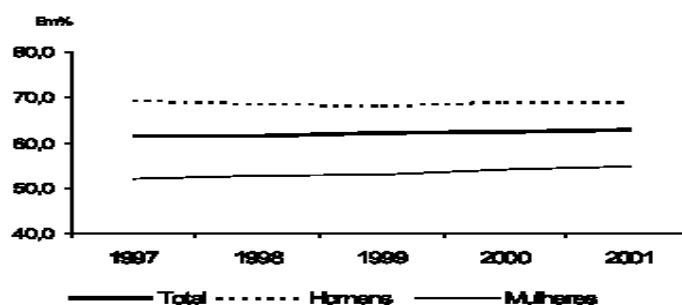


Gráfico 1: Taxas de participação, segundo o sexo, na RMS (1997-2001)

Fonte: PED

Em termos absolutos, a indústria mostrou um aumento de 1.000 postos de trabalho no ano de 2001. Essa era a situação da ocupação feminina no setor industrial da RMS no período:

Tabela 10: Mulheres ocupadas no setor industrial da RMS no período 1997-2001

Setores	Anos				
	1997	1998	1999	2000	2001
Indústria da transformação	23.801	23.589	26.056	26.056	30.193
Outras atividades industriais	2.691	3.792	2.872	...	3.166
Construção civil	3.725	3.375	1.846	...	4.858

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEI

Quanto à taxa de desemprego, a RMS apresentou, nos anos observados, uma trajetória crescente, parando somente no ano 2000. Suerdieck (2003) afirma que a taxa de desocupação das mulheres era de 20,5% em 1997. Essa taxa foi superior à taxa dos homens em todas as faixas etárias analisadas. Esse resultado reflete que o mercado de trabalho da RMS não foi capaz de absorver a expansão da mão-de-obra feminina da década de 1990.

Em 1999, a taxa total de desemprego aberto era de 9,1%. Esse comportamento foi determinado principalmente pelo crescimento da desocupação nas áreas urbanas, que atinge a faixa de 14,4% no ano apresentado. Já na zona rural, a taxa de desocupação era de 1,8%, o que representou um decréscimo de 0,7% em relação a 1992.

Tabela 11: Taxas de desemprego feminino na Bahia em 1999 (%)

	1999
Total	9,1
Urbano	14,4
Rural	1,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEI

A taxa de desemprego do ano 2000 veio interromper esse crescente aumento da taxa de desemprego observado nos anos anterior, conforme pode ser visto no gráfico 1. Para este ano, a PED mostrou que houve uma redução de 4% comparada ao ano anterior. Essa redução do desemprego, ainda segundo dados da PED, foi mais intensa entre os homens (-6,6%), mas ocorreu também entre as mulheres (-2,0%).

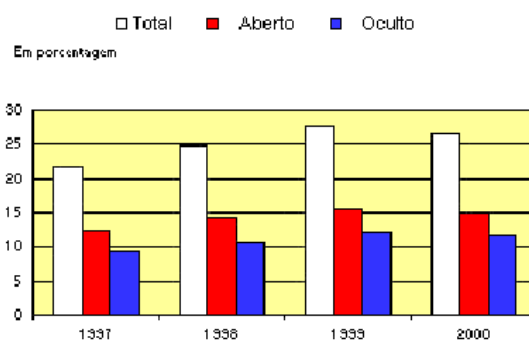


Gráfico 2: Evolução da Taxa de Desemprego Total, por Tipo Região Metropolitana de Salvador 1997-2000

Fonte: PED

Mesmo assim, pode-se dizer que ao longo do ano 2000 o desemprego encontrava-se ainda em um patamar muito elevado, já que 26,6% da PEA estava desempregada, o que significa dizer que 393 mil pessoas, em média, estavam à procura de uma ocupação. Segundo Menezes (2002, p. 11):

As mulheres possuem taxas de desemprego mais altas, ou seja, partindo, em 1997, de uma taxa de 23,30%, alcançam uma taxa de 29,9% em 1999, reduzindo depois para 29,3%. Considerando o movimento do período como um todo, verifica-se que a taxa de desemprego aumentou mais para as mulheres (24,6%) que para os homens (20,0%). Tem-se dessa forma que o desemprego castiga mais a mulher que o homem.

O ano de 2001 apresentou uma taxa de desemprego total de 27,5%, o que representou um crescimento de 3,4% em relação ao ano anterior. Quando essa comparação é feita em relação ao ano de 1997, observa-se que houve um aumento de 27,3% desta taxa, o que representa cerca de 440 mil pessoas. Entre as mulheres, esse aumento foi de 3,1%.

No que se refere aos rendimentos auferidos pelos trabalhadores, observa-se para a Bahia uma reprodução das características nacionais, com redução da proporção de pessoas sem rendimentos. Durante a década de 1990, a variação dos rendimentos dos ocupados do estado esteve sempre associada às variações nacionais, daí que tenha havido um crescimento entre 1992 e 1996 e uma contração em 1997 (GUIMARÃES, 2003).

Em 1997, após uma aceleração do ritmo de atividade econômica do ano anterior, verificou-se um aumento das taxas de juros e ajuste fiscal, o que acabou acarretando em uma contração do rendimento médio dos ocupados. A queda do valor do rendimento médio real foi de 1,2% no país e 8,4% na Bahia, passando de R\$ 373,22 para R\$ 341,90. Porém, considerando a década, o rendimento médio real da população baiana apresentou crescimento (GUIMARÃES, 2003).

No que se refere ao setor industrial, é fato que houve um aumento do desempenho da indústria de transformação no período, porém os impactos dessa indústria sobre o mercado de trabalho e sobre os níveis de rendimentos não foram muito significativos, principalmente pelos seguintes fatores: primeiro, somente o setor químico responde por mais da metade do Valor de Transformação Industrial. Outros fatores são descritos por Guimarães (2003, p. 76) :

Além disso, esse gênero é formado basicamente por algumas dezenas de unidades industriais intensivas em capital e localizadas, quase todas, em uma única região do estado (a metropolitana). Seu potencial de geração de empregos indiretos é também relativamente limitado, pelo fato de ser um ramo produtor de bens intermediários cuja articulação na cadeia produtiva dá-se, principalmente, com as economias dos estados do Sudeste e com o exterior.

Segundo dados da PED, o rendimento médio real dos ocupados da RMS em 1997 era de R\$598. Em 1999 houve uma redução, esse valor passou para R\$541. No ano seguinte, tal rendimento elevou-se 1%, passando para R\$541. Quando comparamos o primeiro ano (1997) com o último (2000), temos um decréscimo do valor médio de 8,7%. Na

indústria, observou-se uma variação positiva no período: crescimento de 7%, que foi equivalente a R\$777. Os setores que mais apresentaram aumento foram Petroquímico, Farmacêutico e Plástico, com aumento de 19,2% e no agregado Outras Indústrias, com aumento de 21,5%. Segue a distribuição dos rendimentos dos ocupados por setor de atividade na RMS:

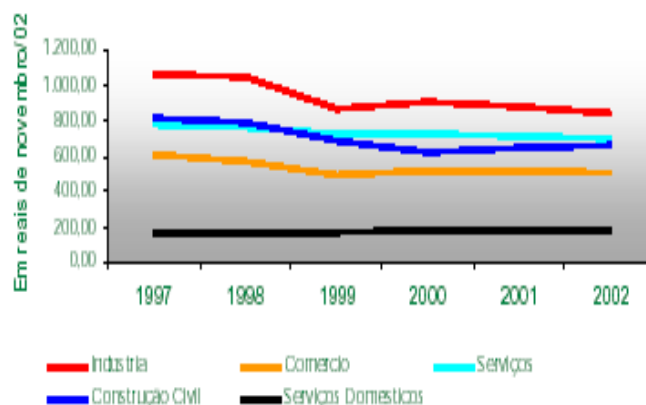


Gráfico 3: Rendimento real médio dos ocupados, segundo o setor de atividade, na RMS (1997-2002)

Fonte: PED

De acordo com dados da PNAD, o salário médio da indústria para as mulheres no ano 2000 seguiu a tendência nacional, com as mulheres recebendo cerca de 37,5% menos que os homens pela mesma função, independente do nível de instrução. Em 2001, os ocupados na indústria tiveram rendimentos médios 2,4% menores que no ano anterior, passando a corresponder a R\$798. A média para o salário feminino na RMS era de R\$766, cerca de 40% menor do que o dos homens.

5.2 UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2002-2005

Como na análise anterior (1997-2001), a primeira questão abordada será a ocupação. A taxa de participação, que mede a pressão da oferta de trabalho sobre o mercado de trabalho, teve um aumento de 1,3% entre os anos de 2001 e 2002. Nesse sentido, houve uma diferenciação entre para homens e mulheres, tendo ocorrido uma variação positiva

de 0,9% para eles e de 1,3% para elas, o que continua demonstrando uma crescente participação feminina no mercado de trabalho. Segue uma análise do período verificado:

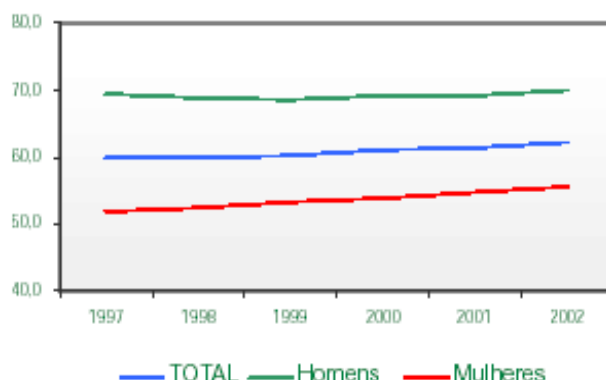


Gráfico 4: Taxas de participação segundo o sexo na RMS (1997-2002)

Fonte: PED

O ano de 2002, que diz respeito à ocupação, apresentou um crescimento de 4,4%, o que significou um aumento de 40 mil novas ocupações. Esse aumento pôde ser verificado em todos os setores de atividade, exceto para o agregado Outros Setores (que agrega Construção Civil, Serviços Domésticos e Outras Atividades).

Tabela 12: Estimativa de ocupados, segundo setor de atividade econômica RMS

Setores	Estimativas (em 1.000 pessoas)		Variação absoluta
	2001	2002	2002/2001
Total	1.122	1.171	49
Indústria	90	98	9
Comercio	186	191	5
Serviços	670	711	41
Outros	176	171	-5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PED

Entre os anos de 2001 e 2002, indústria recebeu posição de destaque no aumento dos seus níveis ocupacionais: 9,6%. Neste período, este setor respondia por 98 mil postos de trabalho, e tinha um peso relativo de 8,4% da ocupação total. Quando comparamos a 1997, verificamos que houve um aumento de 10,4% de criação de postos. Em 2002 houve a criação de 9 mil postos no setor.

Neste ano (2002), cerca de dois terços das mulheres estavam ocupadas nos seguintes grupos: serviços domésticos, educação, saúde e serviços sociais. Na indústria, elas eram cerca de 10% e na construção, menos de 3%. Quando comparamos, na indústria, a porcentagem de homens e mulheres trabalhando, verificamos que no ano de 2002, eles representavam 73,9% dos ocupados, enquanto elas respondiam por 26,1% das ocupações.

O crescimento da ocupação verificado para os anos seguintes (2002, 2003, 2004) na RMS foi maior que o verificado para os homens, demonstrando mais uma vez a expansão da participação feminina. Pode-se analisar a evolução da participação através do seguinte gráfico:

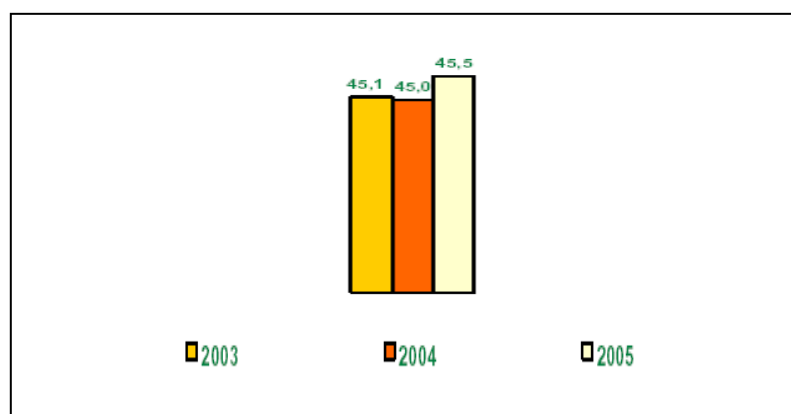


Gráfico 5: Participação feminina na ocupação da RMS (%)

Fonte: IBGE

A ocupação na indústria para estes anos teve uma pequena redução, passando de 10,9% em 2003 para 10,8% em 2004, chegando a 10,5% em 2005. (IBGE) Quando observamos a situação feminina na indústria, esse era o quadro:

Tabela 13-Distribuição dos ocupados na indústria por sexo (em %):

Período	Homens	Mulheres
2002	73,9	26,1
2003	72,9	27,1
2004	73,2	26,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PED

No que se refere ao desemprego, observou-se em 2002 (em termos absolutos) o crescimento do contingente de desempregados em 14.000 pessoas. Isso significa que, embora tenham sido criadas 49.000 ocupações, esse número não foi suficiente para absorver as 63.000 pessoas que entraram na força de trabalho. Mesmo assim, esses números representaram um pequeno decréscimo em relação ao ano anterior, com destaque para o decréscimo do desemprego feminino, na casa de 1%.

Já em 2003, houve um ligeiro aumento da taxa de desemprego (2,6%) em comparação ao ano de 2002. O número de desempregados, que era de 440 mil, passa para 468 mil. A boa notícia para as mulheres, nesse ano, foi que não houve crescimento da taxa de desemprego para elas (quando se observa a taxa de desemprego total segundo atributos pessoais) em relação ao ano anterior.

O ano de 2004 mostrou um decréscimo de 8,9% na taxa de desemprego total quando comparada ao ano de 2003. A taxa apresentada foi de 25,5%, e foi decorrente do aumento de ocupações (58 mil) sobre o número de ingressantes no mercado de trabalho (21 mil). Este ano apresentou pela primeira vez nas pesquisas um número menor de desempregados em relação ao ano anterior, com de 37 mil pessoas a menos.

Quanto aos rendimentos médios da população, observou-se no ano de 2002 um decréscimo de 0,6% em relação a 2001, correspondendo a R\$620. Quando o setor industrial é observado, nota-se uma queda de 3,8% dos rendimentos reais médios em relação ao ano em comparação (2001), passando a corresponder a R\$845. No entanto, os ramos industriais foram atingidos de maneiras diferentes: houve decréscimo nos ramos de Indústria Metal-Mecânica (9,1%) e Petroquímica, Química e Plásticos (3,1%), mas houve ganho de poder aquisitivo para os ocupados nas indústrias Têxtil e Alimentação com 6,9% e 7,1%, respectivamente. Segue um quadro da evolução dos rendimentos médios da população ocupada da RMS:

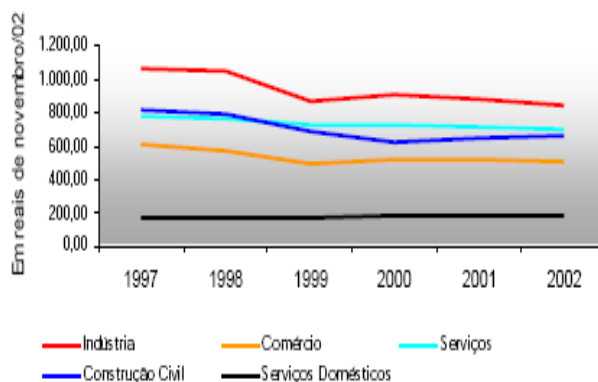


Gráfico 6: Rendimento médio dos ocupados, segundo setor de atividade na RMS
Fonte: PED

Em 2003 também houve decréscimo do rendimento médio dos ocupados na indústria. Os ocupados do setor passaram a receber em média 8,1% menos do que no ano anterior, ou seja, cerca de R\$870. Esse resultado foi atribuído aos decréscimos de rendimentos dos ocupados em todos os ramos do setor. As maiores perdas foram nos ramos de alimentação (15,7%) e têxtil (12,4%). A queda dos rendimentos dos ocupados do setor industrial seguiu a tendência de decréscimos de todos os ocupados da RMS para o ano de 2003, cuja taxa (10,4%) foi a maior registrada desde o início da pesquisa.

Depois de uma trajetória decrescente dos rendimentos médio verificada nos seis anos anteriores, 2004 vem apresentar um aumento de 2,4% em relação ao ano anterior. Com isso, o rendimento médio passa a equivaler R\$684. Na indústria, houve um crescimento dos rendimentos médios dos ocupados de 3,8%, o que passou a corresponder R\$968. Segundo resultados da PED:

O desempenho favorável do rendimento médio dos ocupados no setor industrial decorreu em grande parte do incremento do poder aquisitivo registrado para os trabalhadores do subsetor *metal-mecânica* (7,3%). No comparativo anual quase todos os ramos de atividade apresentaram retrações, destacando-se os ramos de *têxteis, vestuário e calçados* (8,5%) e *outras indústrias* (5,6%). (SEI, 2005. p.18)

Esse foi o quadro dos rendimentos do período 2002-2004, de acordo com a PED:

Tabela 14-Rendimento médio real dos ocupados na indústria por sexo (em Reais)

Período	Homens	Mulheres
2002	1257	738
2003	1132	746
2004	1197	706

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PED

Em 2005 houve elevação no nível de ocupação na RMS em relação a 2004. O nível de ocupação cresceu 2,9%, o que significou um aumento de 37 mil ocupações. O maior destaque nesse aumento da ocupação foi observado na indústria, com um aumento de 12,6%. Isso correspondeu a 14 mil novas ocupações. A evolução dos ocupados por setor de atividade econômica pode ser observada na tabela a seguir. No que diz respeito às mulheres, em 2005, elas representavam 48,1% dos trabalhadores da RMS, ou seja, cerca de 825 mil ocupadas.

Tabela 15: Estimativa de ocupados, segundo setor de atividade econômica RMS

Setores	Estimativas*			Variação absoluta
	1997	2004	2005	2005/2004
Total	1.061	1.261	1.298	37
Indústria	89	107	121	14
Comercio	190	208	209	1
Serviços	615	768	789	21
Outros	167	178	179	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PED

*em mil pessoas

Neste mesmo ano (2005), 121 mil pessoas trabalhavam no setor industrial da RMS, o que representava 9,3% da força de trabalho ocupada da região. Segundo pesquisa da PED sobre o Dia da Indústria: “A grande indústria, identificada como aquela que exige imensos investimentos em grandes plantas industriais, tecnologia moderna, grandes mercados e que ocupa relativamente poucos trabalhadores, é a principal empregadora do setor na RMS”. Isso porque, neste ano, cerca da metade dos trabalhadores industriais concentravam-se em dois ramos: o grupo formado pelas indústrias Petroquímica, Química, Farmacêutica e Plástico, onde encontravam-se 28,0% dos trabalhadores da

indústria, ou cerca de 34 mil pessoas, e na indústria Metal-Mecânica, que empregava 21,5% dos industriários, aproximadamente 26 mil pessoas

A outra metade dos trabalhadores industriais estava empregada no conjunto classificado como Outras Indústrias (23,7%), na Indústria de Alimentação (14,0%), no setor Têxtil, Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido (7,5%) e nas Gráficas e Editoras (5,4%). Neste ano, a participação de homens e mulheres no setor era dividida da seguinte forma: eles ocupavam 73,6% das ocupações, elas 26,4%. Este era o perfil do trabalhador industrial no ano apresentado:

Tabela 16-População Ocupada segundo algumas características pessoais. RMS 2005 (em %)

Características pessoais	Trabalhadores da indústria	Total dos ocupados
Sexo		
Masculino	73,6	54,1
Feminino	26,4	45,9
Cor		
Branco	15,9	14,5
Negro	84,1	85,5
Idade		
10 a 17	(1)	2,2
18 a 24	20,2	18,3
25 a 39	45,0	43,2
40 a 59	32,1	33
60 e mais	(1)	3,4
Escolaridade		
Sem escolaridade	(1)	(1)
1º grau incompleto	20,7	26,3
1º grau completo	9,4	9,5
2º grau incompleto	6,9	7,4
2º grau completo	45,1	36,2
3º grau incompleto	7,6	6,5
3º grau completo	9,0	11,6

Fonte: PED

(1) A amostra não comporta desagregação a esse nível

Quanto ao desemprego, foi verificada em 2005 a menor taxa desde 1998. A taxa de desemprego total da RMS nesse ano foi de 24,4% da PEA, e representou uma redução de 4,3% em relação ao ano de 2004. Isso foi devido ao número superior de criação de empregos em relação ao número de trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho, que foram 37 mil e 25 mil trabalhadores respectivamente. A redução de mulheres desempregadas foi de 0,7%.

No que se refere aos rendimentos, houve um pequeno aumento dos rendimentos médios dos ocupados (0,5%) em relação ao ano anterior, passando de R\$728 para R\$732. Na

indústria, praticamente não houve variação: passou de R\$1.029 em 2004 para R\$1.027 em 2005. Destacaram-se as reduções nos rendimentos médios dos ocupados nos seguintes ramos: metal-mecânica (8,1%), outras indústrias (5,0%) e alimentação (3,3%). No comparativo anual o acréscimo mais expressivo ocorreu no ramo têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecido (26,7%).

Por fim, cabe apresentar a evolução da participação feminina no setor industrial da RMS bem como dos seus rendimentos.

Tabela 17-Distribuição dos ocupados na indústria da RMS por sexo 1997-2005 (em %)

Períodos	Sexo	
	Masculino	Feminino
1997	75,9	24,1
1998	78,1	21,9
1999	76,3	23,7
2000	74,0	26,0
2001	73,5	26,5
2002	73,9	26,1
2003	72,9	27,1
2004	73,2	26,8
2005	73,6	26,4

Fonte: PED

Tabela 18-Rendimento médio real dos ocupados na indústria da RMS por sexo
1997-2005 (em Reais)

Períodos	Sexo	
	Masculino	Feminino
1997	1579	853
1998	1542	855
1999	1291	683
2000	1349	739
2001	1308	766
2002	1257	738
2003	1132	746
2004	1197	706
2005	1202	678

Fonte: PED

Não é o objetivo principal deste trabalho fazer comparações entre homens e mulheres (como dito anteriormente), mas sim, fazer um acompanhamento de tal evolução para posterior apresentação de conclusões acerca do desenvolvimento feminino neste campo tão fortemente masculino.

6 CONCLUSÕES

Neste estudo acompanhou-se a evolução da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro e, em especial, no setor industrial da Região Metropolitana de Salvador. A análise da situação brasileira, desde a década de 1950, permitiu a identificação das mudanças que ocorreram na inserção feminina no mercado de trabalho como um todo e dos processos que levaram à sua participação em um segmento tão masculinizado como o industrial.

Percebe-se que as questões de gênero atuaram como determinantes da participação feminina no mercado de trabalho, na medida em que criaram (e ainda vem criando) diferentes formas de inserção e situações de trabalho diferenciadas por sexo. A divisão sexual do trabalho acabou definindo atividades e ocupações que tomaram formatos mais femininos ou mais masculinos e que em certos casos, pode trazer discriminação e desfavorecimento das mulheres.

Assim, ainda hoje se observam relações de trabalho hierárquicas e desiguais. A tradição estabelecida ao longo dos séculos perdura, e distribui os trabalhadores de forma diferente na esfera produtiva.

No Brasil, os efeitos da participação feminina no mercado de trabalho começam a ser vistos por volta da década de 1970. Não há como citar somente um fator de maior importância à entrada feminina no mercado de trabalho brasileiro. Até porque, as opiniões a esse respeito são as mais diversas. Os pontos com os quais a maioria dos autores concorda referem-se ao desenvolvimento econômico vivido entre as décadas de 1950 e 1970 e a modificações de regras sócio-culturais, que permitiram alguns avanços. Ainda assim, nesse período, o trabalho feminino continuava cercado de preconceitos, e era encarado somente como complementar ao trabalhado do homem.

Os efeitos das mudanças de padrões sócio-culturais da época podem ser claramente observados no aumento da participação da PEA feminina em mais de 10 pontos percentuais em apenas cinco anos (1970-1975). Neste período, as funções mais

comumente exercidas por elas eram na prestação de serviços, em atividades agrícolas e no comércio. Poucas eram as que trabalhavam na indústria de transformação.

A participação feminina no mercado de trabalho continuou ascendendo na década de 1980, a pesar das difíceis condições econômicas do período. Foram as mulheres chefes e cônjuges, com idade acima de 25 anos, escolarizadas, pertencentes a famílias que não têm nível de renda muito baixo, que mais aumentaram sua participação no trabalho remunerado.

Muitas famílias começaram a depender do trabalho na mulher para a conservação da renda familiar e, junto com fatores como estagnação da economia e aceleração da inflação, acabaram proporcionando oportunidades de empregos que não eram das mais adequadas, ou seja, persistiram alocações “tipicamente femininas” como serviços pessoais, administração pública, saúde e ensino. Mesmo com as condições apresentadas na época, sobressaiu-se o aumento persistente da taxa de atividade feminina, que chega a 36,9% em 1985. Também começam a ser observadas inserções femininas a redutos tradicionalmente masculinos, como nos serviços de reparação e dos serviços industriais de utilidade pública.

A década de 1990 trouxe um incremento à PEA feminina de cerca de 12 milhões de mulheres. Neste período, elas expandiram sua participação nas atividades industriais, enquanto os homens começaram a entrar no setor de serviços. Persistem os padrões diferenciados de inserção feminina e masculina segundo setores ou grupos de atividades econômicas, ou seja, os setores de prestação de serviços, o setor agrícola, o social, o comércio de mercadorias continuam com as maiores oportunidades de trabalho e emprego para elas.

Na RMS começou a se observar um aumento da participação feminina na indústria a partir da década de 1980, influenciado principalmente pelo incremento das ocupações industriais vindas das ampliações de investimentos do COPEC. Os anos 1990 também trazem crescimento do número de mulheres trabalhando no setor, especialmente na Indústria de Transformação. A participação feminina no setor secundário da RMS era de 15,4% em 1992.

Em geral, houve um aumento do nível de ocupação na RMS. De 1997 a 2005 esse aumento foi de 22,3%. O setor industrial liderou esse crescimento ocupacional, aumentando sua ocupação em 35,4%. Mas a participação feminina neste setor não acompanhou esse movimento de liderança de crescimento.

As análises acerca de ocupação, desemprego e rendimentos da população baiana em geral, das mulheres, e das trabalhadoras da indústria, mostram que as condições históricas, sociais e culturais não foram bruscamente alteradas, especialmente quando se analisa o principal período em questão (1997-2005). A distribuição das ocupadas na indústria apresenta para o total de trabalhadores da indústria (100%), nesse período de nove anos, variações que vão de 21,9% (a mais baixa, que foi no ano de 1998) a 27,1% (a mais alta, vista em 2003). Isso dá uma média de ocupação de cerca de 25% em 9 anos.

As mulheres, além de ocupar menos posições de trabalho neste setor, ainda seguem ganhando menos. No período apresentado, a menor média de salário foi de R\$678, enquanto a maior foi de R\$855. A média dos salários femininos no setor são entre 50% e 60% menores que o dos homens.

É fato que a indústria continua sendo um espaço de trabalho fortemente masculino, porém, este quadro vem mudando. Não há como afirmar que tenha havido uma substituição de mão-de-obra masculina pela feminina, mas pelos dados apresentados, nota-se que, enquanto há um aumento da participação feminina na indústria, há uma redução no número de homens trabalhando no mesmo setor.

Com essas observações acerca da participação feminina no setor industrial da RMS durante o período 1997-2005, espera-se ter contribuído no entendimento da situação das mulheres no mercado de trabalho e na compreensão do mercado de trabalho da RMS em geral.

REFERÊNCIAS

ALCOROFADO, Fernando. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. 2003. Tese. (Doutorado em Planificación Territorial y Desarrollo Regional) - Universidade de Barcelona – Barcelona, 2003.

ALVES, Luís André de Aguiar. Desempenho da economia baiana nos últimos 50 anos: uma análise com base nas grandes áreas. In: _____ **Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2002**. Salvador: SEI, 2003, p.81-96 (Estudos e Pesquisas, 60).

ARAÚJO, Verônica F.; RIBEIRO, Eduardo P. Diferenças de salários por gênero no Brasil: uma análise regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.33, n. 2, abr-jun. 2002.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio-SIC. **Características e necessidades de mão-de-obra industrial da Região Metropolitana de Salvador**. Salvador, 1981. 165 p.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. **Ganho de homens, ganho de mulheres**. Fundação Carlos Chagas, out. 2004. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/ghgm.html>. Acesso em: jul. 2006.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa; UNBEHAUM, Sandra. **Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios**. Disponível em: <<http://www.mulheresnobrasil.org.br/interno.asp?canal=trabalhorenda&id=trabalhorenda>>. Acesso em: maio 2006.

BRUSCHINI, M. Cristina. **O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes**. IPEA, 1998. (Série seminários, 7).

BRUSCHINI, M. Cristina, ROSEMBERG, Flávia. **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Brasiliense, 1982.

BORGES, Ângela; GUIMARÃES, Iracema Brandão. A participação da mulher no mercado de trabalho da RMS nos anos 90. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.7,n2,p.53-68, set. 1997.

CUNHA, Maria de Fátima da. Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido? **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 201-222, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 2005.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio M.; RODARTE, Mario Marcos S.; SOUZA, Laumar Neves. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, jul-dez. 2002.

GAZZONA, Raquel da Silva. Trabalho feminino na indústria do vestuário. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 61, dez. 1997.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.10, n.1, p. 87-98, jul. 2000.

GUIMARÃES, Nadya A. Laboriosas, mas redundantes: diferenciais de gênero nos padrões de mobilidade no trabalho industrial no Brasil dos anos 90. In: SEMINÁRIO LAS TRANSFORMACIONES DEL TRABAJO. GÊNERO, FLEXIBILIZACIÓN E INSERCIÓN LABOARAL FEMENINA, Santiago. **Anais...**Santiago, 1999.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. Evolução e distribuição dos rendimentos na Bahia durante a década de 90 do século XX. **Panorama social da Bahia nos anos 90**, Salvador, v.1, n. 59, p. 65-96, dez. 2003.

IBGE - **Pesquisa nacional por amostra de domicílio**, Rio de Janeiro, 1970.

IBGE - **Pesquisa nacional por amostra de domicílio**, Rio de Janeiro, 1977.

IBGE - **Pesquisa nacional por amostra de domicílio**, Rio de Janeiro, 1979.

IBGE - **Pesquisa nacional por amostra de domicílio**, Rio de Janeiro, 1985.

IBGE - **Pesquisa nacional por amostra de domicílio**, Rio de Janeiro, 1990.

IBGE - **Pesquisa nacional por amostra de domicílio**, Rio de Janeiro, 1993.

IBGE - **Pesquisa nacional por amostra de domicílio**, Rio de Janeiro, 1995.

IBGE - **Pesquisa nacional por amostra de domicílio**, Rio de Janeiro, 1997.

Kon, Anita. A economia política do gênero: determinantes da divisão do trabalho **Revista de Economia Política**, v. 22, n 3, jul./set. 2002.

Kon, Anita. Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: repercussões sobre o mercado de trabalho. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, Belo Horizonte. **Anais...**, Belo Horizonte, 2005.

LAGE, Janaína. Dia da mulher: defasagem salarial feminina é maior na indústria. **Folha Online**, Rio de Janeiro. 08 mar. 2006. Disponível em: http://www.sindmetalsjc.org.br/ultimas_detalhe.jsp?co_noti=717>. Acesso em: mar. 2006.

LEITE, E. M. **Educação profissional na perspectiva de gênero: a experiência do PLANFOR**, 2000, mimeo.

LEONE, Eugenia Troncoso. **Renda familiar e trabalho da mulher na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999. (Texto para discussão, n. 81).

MELO, Hildete Pereira de. **O trabalho industrial feminino**. Rio de Janeiro: IPEA. 2000. (Texto para discussão, 764).

MENEZES, Wilson F. Uma análise estrutural do desemprego na Região Metropolitana de Salvador: 1997-2000. **Série Estudos e Pesquisas**, Salvador, p.7-34, 2002.

REGIÃO Metropolitana de Salvador. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Região Metropolitana de Salvador &oldid=3697714](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Região_Metropolitana_de_Salvador&oldid=3697714)>. Acesso em: 22 nov. 2006.

RODRIGUES, Flávia Santana. **As transformações na inserção das pessoas de meia idade no mercado de trabalho da RMS durante a década de 1990**. 2004. 102 p. Monografia (Graduação) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2004.

SPINOLA, Noelio; PEDRÃO, Fernando; ZACARIAS, José. **A indústria no estado da Bahia: uma proposta de política industrial**. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio-SIC 1983. 336p.

SUERDIECK, Flávia Santana Rodrigues. Caracterização e tendências da oferta de mão-de-obra na Bahia nos anos 1990. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS - SEI. **Panorama social da Bahia nos anos 1990**. Salvador, 2003. p.25-44.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS – SEI. **PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador**: resultados do ano 2001. Salvador, 2002. 36p.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS – SEI. **PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador**: resultados do ano 2002. Salvador, 2003. 34p.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS – SEI. **PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador**: resultados do ano 2003. Salvador, 2004. 36p.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS – SEI. **PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador**: resultados do ano 2004. Salvador, 2005. 40p.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS – SEI. **PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador**: resultados do ano 2005. Salvador, 2006. 36p.

TORRES, M. A. S. A divisão sexual do trabalho: a inserção da mulher no mundo do trabalho. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE TRABALHO E GÊNERO, 1., 2006, **Anais eletrônicos...2006**. Disponível em: http://www.fchf.ufg.br/possociologia/stg2006/docpdf/C%F3pia%20de%20stg2006_01.pdf#search=%22%22%C3%A2mbito%20dom%C3%A9stico%22%22. Acesso em: 08 mar. 2006.